



**Sabor que foge da xícara: por que temperatura média traz o melhor do café**

Tem gente que diz que felicidade é uma xícara de café quente. Pode até ser. Mas a verdade é que essa felicidade tem prazo de validade. E não é longo. Basta dar uma distraída, responder um e-mail, ou se perder num papo, e pronto: o café já esfriou — e com ele, boa parte do encanto.

É que o café, meus amigos, é um pouco como o amor no verão: intenso, cheio de aroma e calor, mas fugaz. Não dá para segurar por muito tempo. Ele nasce vibrante, perfumado, cheio de promessas e vai embora pela borda da xícara enquanto a gente pensa na vida.

A ciência, que tudo explica, mas nem sempre entende, mostra que à medida que a temperatura do café cai, os tais compostos voláteis, que são como os perfumes que sentimos ao passar por alguém interessante, simplesmente evaporam. Vão embora como o cheiro de um bom domingo, e levam junto a alma da bebida.

E tem mais: nosso paladar também é meio temperamental. Quando o café está "pelando", sentimos pouco. Quando esfria demais, também. Mas naquele meio do caminho, ali pelos 40 e poucos graus, é onde mora a magia. É quando o café se mostra como é de verdade, com suas notas de frutas, flores, chocolates, caramelos... Ou aquele amargor triste de um grão mal tratado.

Fiz o teste. Café coado com carinho, tomado aos poucos, marcando no relógio. Nos primeiros goles, quente demais. Depois de uns 10, 15 minutos... Ah, aí sim. O sabor aparece, elegante, equilibrado. Uns toques de acidez, doçura no fundo.

Trinta minutos depois, ele começa a se despedir. Ainda está ali, mas já não brilha como antes. Com uma hora... Bom, aí já virou outra coisa. Frio, opaco, um pouco melancólico. Como uma festa que durou demais. Ah, e nem pense em colocar no micro-ondas. Aquilo ali é como tentar reviver um amor antigo com uma mensagem no WhatsApp às duas da manhã: pode até esquentar, mas nunca mais vai ser a mesma coisa. O sabor volta torto, cozido, com gosto de ontem.

A solução? Tratar o café com respeito: pré-aquecer a xícara, usar uma tampinha, servir menos por vez. Ou investir numa daquelas canecas tecnológicas que mantêm tudo na temperatura certa, um luxo necessário para quem não quer ver o melhor do café evaporar antes da hora.

No fim das contas, tomar café é quase um ato de presença, um exercício de atenção: é estar ali, de verdade, nos primeiros minutos, quando o sabor ainda canta. Porque se tem uma lição que o café ensina, é essa: o melhor da vida tem hora marcada e passa rápido.

Fonte: [Sabor que foge da xícara: por que temperatura média traz o melhor do café | CNN Brasil V&G](#)

**01) Assinale a alternativa que apresente o tipo de relação estabelecida entre os períodos do texto pelo termo em destaque no período: Mas a verdade é que essa felicidade tem prazo de validade.**

- (A) Dúvida.
- (B) Alternância.
- (C) Contrariedade.
- (D) Explicação.
- (E) Causalidade.

**02) Assinale a alternativa que apresente termo que, ao ser usado no período, estabeleça o sentido contrário ao original no texto: É que o café, meus amigos, é um pouco como o amor no verão: intenso, cheio de aroma e calor, mas fugaz.**

- (A) Não.
- (B) Porém.
- (C) Para.
- (D) Ou.
- (E) Ademais.

**03) Assinale a alternativa na qual as duas palavras possuam dígrafos:**

- (A) Verdade – Frutas.
- (B) Calor – Passa.
- (C) Graus – Carinho.
- (D) Cheiro – Brilha.
- (E) Chocolates – Triste.

**04) Assinale a alternativa na qual a letra c NÃO represente o mesmo fonema representado pela letra c na palavra xícara:**

- (A) Opaco.
- (B) Cozido.
- (C) Café.
- (D) Marcada.
- (E) Acidez.

**05) Assinale a alternativa na qual as duas palavras sejam acentuadas pela mesma regra:**

- (A) Xícara – Necessário.
- (B) Rápido – Melancólico.
- (C) Café – Exercício.
- (D) Até – Tecnológicas.
- (E) Já – Relógio.

**06) Assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pelo termo em destaque no período: E tem mais: nosso paladar também é meio temperamental.**

- (A) Tempo.
- (B) Afirmação.
- (C) Intensidade.
- (D) Modo.
- (E) Negação.

**07) Assinale a alternativa que apresente trecho cujo uso da crase é justificado pela mesma razão do seu emprego no período: A ciência, que tudo explica, mas nem sempre entende, mostra que à medida que a temperatura do café cai, os tais compostos voláteis, que são como os perfumes que sentimos ao passar por alguém interessante, simplesmente evaporam.**

- (A) Ele se referiu à professora.
- (B) Tinha aversão à barata.
- (C) Leu o texto às pressas.
- (D) Ficaram mais calmos à proporção que a situação foi esclarecida.
- (E) A reunião será às dez horas.

**08) Assinale a alternativa que apresente a justificativa adequada para o uso das duas primeiras vírgulas no período: É que o café, meus amigos, é um pouco como o amor no verão: intenso, cheio de aroma e calor, mas fugaz.**

- (A) Isolar expressão explicativa.
- (B) Isolar o vocativo.
- (C) Separar Locução Adverbial.
- (D) Separar os termos de uma enumeração com idêntica função sintática.
- (E) Separar Oração Coordenada Sindética.

**09) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida pelos termos em destaque no período: O sabor volta torto, cozido, com gosto de ontem.**

- (A) Vocativo.
- (B) Objeto Indireto.
- (C) Sujeito.
- (D) Predicativo.
- (E) Objeto Direto.

**10) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida pela oração subordinada em destaque no período: Tem gente que diz que felicidade é uma xícara de café quente.**

- (A) Objeto Direto.
- (B) Sujeito.
- (C) Vocativo.
- (D) Objeto Indireto.
- (E) Predicativo.

## INFORMÁTICA

**11) Sistemas operacionais de código aberto (ou *open source*) são aqueles cujo código-fonte — ou seja, as instruções que determinam como o sistema funciona — é disponibilizado publicamente. Isso significa que qualquer pessoa pode acessar, estudar, modificar e distribuir esse código livremente, de acordo com as licenças de uso. Qual dos sistemas abaixo é um sistema operacional de código aberto?**

- (A) Windows 11.
- (B) macOS.
- (C) Linux.
- (D) Android fechado.
- (E) ChromeOS Enterprise.

**12) Ao pressionar qual tecla, o Windows bloqueia imediatamente a sessão atual, exibindo a tela de bloqueio. Assim, ninguém pode usar o computador sem digitar a senha ou PIN novamente.**

- (A) Alt + Tab
- (B) Ctrl + S
- (C) Shift + L
- (D) Win + L
- (E) Ctrl + B

**13) A intranet é uma rede interna de computadores para compartilhar informações, arquivos, sistemas e serviços é:**

- (A) Uma rede de acesso livre pela internet.
- (B) Uma rede interna restrita a uma organização.
- (C) Uma rede de jogos online.
- (D) Uma versão pública de uma extranet.
- (E) Uma nuvem pública de dados.

**14) Programas de navegação, também conhecidos como navegadores ou browsers, são softwares usados para acessar e visualizar páginas da internet. Qual das alternativas NÃO é um navegador de internet?**

- (A) Mozilla Firefox.
- (B) Google Chrome.
- (C) Safari.
- (D) Microsoft Edge.
- (E) Windows Explorer.

**15) Cookies são pequenos arquivos armazenados pelo navegador, os cookies em navegadores servem para:**

- (A) Armazenar informações temporárias sobre a navegação do usuário.
- (B) Remover vírus automaticamente.
- (C) Melhorar o desempenho do sistema operacional.
- (D) Compactar arquivos da internet.
- (E) Impedir o acesso a redes sociais.

### **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**16) Segundo dispõe a Lei nº 1/2018 (Lei Orgânica do Município de Capanema/PR), a lei orçamentária anual compreenderá:**

- I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.**
- II – O orçamento de investimento das empresas em que o Município detenha a maioria do capital com direito a voto.**
- III – O orçamento fiscal das entidades da administração indireta.**

**Após análise, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Somente o item II está correto.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Somente os itens II e III estão corretos.
- (D) Somente os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

**17) A Lei Municipal nº 877/2001 dispõe que o processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Sobre a revisão do processo disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) O processo disciplinar poderá ser revisto, no prazo de 12 meses a contar do trânsito em julgado da decisão de mérito, a pedido do interessado, exclusivamente quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido.
- (B) A inadequação da penalidade aplicada é uma das hipóteses que permitem a revisão do processo disciplinar.
- (C) O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, exclusivamente quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido.
- (D) A revisão do processo disciplinar é direito personalíssimo, de modo que não pode ser pleiteado por outra pessoa, mesmo nas hipóteses de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor.
- (E) É vedado o julgamento do pedido de revisão do processo disciplinar pela autoridade que aplicou a penalidade.

**18) O título 2 da Constituição Federal trata dos direitos e garantias fundamentais, dentre os quais estão os direitos na nacionalidade. Segundo o texto constitucional, é privativo de brasileiro nato o cargo de:**

- (A) Senador federal.
- (B) Juiz federal.
- (C) Vereador.
- (D) General do exército.
- (E) Chefe dos poderes executivo dos estados, municípios e da União.

**19) A Lei nº 13.726/2018, conhecida como lei da desburocratização, foi instituída com o intuito de racionalizar os atos e procedimentos da Administração Pública mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo supera eventual risco de fraude. Sobre a Lei é CORRETO afirmar que:**

- (A) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão foi dispensado a exigência de reconhecimento de firma.
- (B) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão foi dispensado a exigência de reconhecimento de firma, mas é indispensável a autenticação de documentos.
- (C) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão foi dispensada a apresentação de título de eleitor, mesmo para votar.
- (D) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão, o administrador poderá exigir prova de fato que já foi comprovado através da apresentação de outro documento, a fim de garantir a veracidade.
- (E) Na relação dos órgãos e entidades dos poderes do Municípios com o cidadão é indispensável a juntada de documento pessoal do usuário, que não poderá ser substituído por cópia autenticada.

**20) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) prescreve em:**

- (A) 4 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 8 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) Não prescreve.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**21) A Constituição Federal da República Federativa do Brasil define critérios e normas gerais que devem ser observadas por todos os Entes públicos quando da materialização de suas competências tributárias. Assinale a alternativa que apresenta uma vedação Constitucional em matéria tributária:**

- (A) Cobrar impostos sobre serviços prestados por instituição de ensino com fins lucrativos e vinculados a suas atividades essenciais.
- (B) Cobrar impostos sobre serviços prestados por cooperativas de trabalhadores e vinculados a suas atividades essenciais.
- (C) Cobrar impostos sobre serviços prestados por instituição de saúde e vinculados a suas atividades essenciais.
- (D) Cobrar impostos sobre serviços prestados por sindicatos dos trabalhadores e vinculados a suas atividades essenciais.
- (E) Cobrar impostos sobre serviços prestados por pessoas físicas e vinculados a suas atividades essenciais.

**22) Cada tributo possui características específicas que devem ser respeitadas pelo Ente que possui competência para sua instituição e cobrança. Uma das espécies tributárias previstas na legislação brasileira é a Taxa. Assinale a alternativa que apresenta um fato gerador passível da cobrança de Taxa pelo Ente Público:**

- (A) Contrapartida por valorização imobiliária em decorrência de Obra Pública.
- (B) Serviço público, específico e divisível, colocado à disposição do Contribuinte.
- (C) Não necessita uma contrapartida específica por parte do Poder Público.
- (D) Valor cobrado pela utilização de serviços públicos concedidos para iniciativa privada.
- (E) Montante calculado sobre o Capital Social dos Contribuintes Pessoa Jurídica.

**23) Segundo o Código Tributário Nacional, o Sujeito Passivo que não tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, mas sua obrigação para cumprir a exigência tributária decorra de lei, como no caso da retenção de tributos na fonte, dizemos que a pessoa obrigada ao pagamento do tributo recebe o nome de:**

- (A) Subsidiário.
- (B) Indireto.
- (C) Complementar.
- (D) Interveniente.
- (E) Responsável.

**24) O fato gerador é um dos elementos fundamentais para o nascimento da obrigação tributária e deve ser classificado segundo os dispositivos do Código Tributário Nacional e legislação de cada Ente Público que trata do tema. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de obrigação tributária acessória, segundo o Código Tributário Nacional:**

- (A) Pagamento de juros por atraso no recolhimento do tributo.
- (B) Pagamento de multa por infração à legislação tributária.
- (C) Constituição de personalidade jurídica.
- (D) Preenchimento e envio de declaração tributária.
- (E) Apresentação de recurso contra cobrança de tributo.

**25) O domicílio tributário é o local onde o Sujeito Passivo deverá cumprir suas obrigações e, por consequência, ser localizado sempre que possível pela Autoridade Administrativa. Analise as afirmativas abaixo que tratam do domicílio tributário:**

**I - No caso das pessoas naturais, o domicílio eleito não precisa ter ligação direta com o Sujeito Passivo.**

**II - A Autoridade Administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.**

**III - Para fins de tributos incidentes sobre imóveis, o domicílio tributário será sempre o local de sua localização.**

**IV - Na falta da eleição por parte das pessoas jurídicas de direito privado, o domicílio será o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.**

**Estão CORRETAS:**

- (A) Somente as afirmativas I, II e III.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas.

**26) Após a constituição do crédito tributário, o Sujeito Passivo deve optar por uma das modalidades previstas na legislação para a modificação da situação do tributo perante o Fisco. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de suspensão do crédito tributário:**

- (A) Parcelamento.
- (B) Prescrição.
- (C) Decisão judicial transitada em julgado.
- (D) Anistia.
- (E) Pagamento antecipado e homologação.

**27) Dois contribuintes protocolaram pedido de certidão de situação fiscal junto ao Fisco Municipal. Ao consultar os sistemas, o Analista Tributário da Receita Municipal identificou as seguintes informações:**

**Contribuinte A:**

- Créditos tributários a vencer.
- Créditos tributários em cobrança executiva com penhora suficiente de valor.

**Contribuinte B:**

- Créditos tributários vencidos a menos de 30 (trinta) dias.
- Créditos tributários com pedido de compensação homologado (deferido).

**Com base nas informações apresentadas, é CORRETO afirmar que as certidões da situação fiscal a serem expedidas para os contribuintes serão:**

- (A) Certidão Negativa para ambos Contribuintes.
- (B) Certidão Positiva para ambos Contribuintes.
- (C) Certidão Positiva com efeitos de Negativa para o Contribuinte A e Certidão Positiva para o Contribuinte B.
- (D) Certidão Positiva com efeitos de Negativa para o Contribuinte A e Certidão Negativa para o Contribuinte B.
- (E) Certidão Negativa para o Contribuinte A e Certidão Positiva com Efeitos de Negativa para o Contribuinte B.

**28) O Analista Tributário da Receita Municipal foi designado para dar mais publicidade às informações tributárias do Fisco. Com base nos dispositivos do Código Tributário Nacional, NÃO é possível divulgar informações que versam sobre:**

- (A) Representações fiscais para fins penais.
- (B) Dados sobre moratória concedida.
- (C) Dados sobre imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- (D) Valores dos créditos tributários lançados em decorrência de fiscalização tributária finalizada.
- (E) Informações sobre parcelamentos concedidos.

**29) Segundo o Código Tributário Nacional, tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, EXCETO quando:**

- (A) Envolver Contribuinte Pessoa Jurídica.
- (B) Tenha implicado em falta de recolhimento de tributo.
- (C) Atingir tributos que incidem sobre o Patrimônio do Contribuinte.
- (D) A ação for praticada por terceiros de boa-fé.
- (E) O Sujeito Passivo já possua registro de infração à legislação tributária.

**30) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços previstos na legislação, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador. Analise as afirmativas abaixo que tratam do local em que o referido imposto é devido:**

**I - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será devido no local da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas.**

**II - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será devido no local da prestação de serviços de conservação e reforma de edifícios.**

**III - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será devido no local do domicílio do tomador dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual.**

**IV - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.**

**Estão CORRETAS:**

- (A) Somente as afirmativas I, II e III.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas.

**31) A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina que o Imposto Municipal sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, NÃO incide quando o locatário do imóvel, utilizado para suas atividades essenciais, for uma:**

- (A) Entidade religiosa.
- (B) Entidade de assistência social.
- (C) Entidade associativa.
- (D) Entidade não governamental.
- (E) Entidade da Sociedade Civil de Interesse Público.

**32) Suponha que um Município do Estado do Paraná tenha optado por NÃO realizar a fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural de sua jurisdição, deixando tais encargos para a União. Com base nos dispositivos da Constituição Federal do Brasil, o percentual da arrecadação do tributo mencionado destinado ao Município, será de:**

- (A) 0% (zero por cento).
- (B) 20% (vinte por cento).
- (C) 30% (trinta por cento).
- (D) 50% (cinquenta por cento).
- (E) 75% (setenta e cinco por cento).

**33) A Contabilidade registra as variações patrimoniais das pessoas jurídicas e reflete a situação patrimonial em um momento específico. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um gasto que deve ser considerado para apuração do custo de uma empresa prestadora de serviços:**

- (A) Mão de obra empregada na prestação dos serviços.
- (B) Depreciação dos bens empregados na prestação dos serviços.
- (C) Materiais utilizados na prestação dos serviços.
- (D) Locação de um veículo utilizado na prestação dos serviços.
- (E) Despesa financeira para obter recursos financeiros para a prestação dos serviços.

**34) Considere que um contribuinte tenha realizado as seguintes operações:**

- Prestação de serviços no mês de setembro de 2025 para recebimento no mês seguinte: R\$ 250.000,00.
- Valor da folha de pagamento do mês de setembro de 2025 a ser paga no mês de outubro: R\$ 120.000,00.
- Impostos sobre a receita do mês, a serem pagos no mês seguinte: R\$ 20.000,00.
- Valor da despesa do mês de agosto de 2025 pago no mês de setembro: R\$ 30.000,00.

**Assinale a alternativa que apresenta o valor do Lucro obtido no período:**

- (A) R\$ 80.000,00.
- (B) R\$ 110.000,00.
- (C) R\$ 130.000,00.
- (D) R\$ 230.000,00.
- (E) R\$ 250.000,00.

**35) Suponha que uma pessoa jurídica tenha realizado a seguinte operação no mês de setembro de 2025:**

- Valor bruto dos serviços prestados no mês: R\$ 300.000,00.
- Valor do imposto a ser retido sobre a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês: R\$ 15.000,00.
- Alíquota do imposto sobre os serviços prestados: 5%.

**Considerando as informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o valor da despesa com imposto no período e o valor líquido do imposto a pagar:**

- (A) R\$ 0,00 e R\$ 0,00.
- (B) R\$ 0,00 e R\$ 15.000,00.
- (C) R\$ 15.000,00 e R\$ 0,00.
- (D) R\$ 15.000,00 e R\$ 15.000,00.
- (E) R\$ 15.000,00 e R\$ 30.000,00.

**36) Para fins de auditoria, a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população, é chamada de:**

- (A) Seleção.
- (B) Classificação.
- (C) Retenção.
- (D) Anexar.
- (E) Amostragem.

**37) Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Assinale a alternativa que apresenta o conceito de medida da qualidade da evidência de auditoria, isto é, a sua relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor:**

- (A) Adequação.
- (B) Propriedade.
- (C) Natureza.
- (D) Condição.
- (E) Categoria.

**38) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, que versam sobre Auditoria, o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal, como a aplicação INCORRETA intencional dos princípios contábeis relativos a valores ou classificação de informações contábeis, é chamado de:**

- (A) Reincidência.
- (B) Fraude.
- (C) Solidariedade.
- (D) Atenuante.
- (E) Equívoco.

**39) A Lei Federal nº 8.137/1990 define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Assinale a alternativa que apresenta um crime praticado por servidor público previsto na legislação:**

- (A) Deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- (B) Utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
- (C) Formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores.
- (D) Extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
- (E) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

**40) A Lei Complementar Federal nº 123/2006 instituiu tratamento diferenciado e favorecido para empresas de pequeno porte e microempresas. Assinale a alternativa que apresenta uma informação CORRETA acerca da legislação mencionada:**

- (A) A opção pelo Simples Nacional é obrigatória para as Microempresas.
- (B) É vedada a retenção de impostos sobre serviços prestados por empresas do Simples Nacional.
- (C) É vedado o recolhimento de Imposto Sobre Serviços em valor fixo por empresas do Simples Nacional.
- (D) A fiscalização de empresas do Simples Nacional é atribuição exclusiva da União.
- (E) Uma vez enquadrada como Simples Nacional, a opção será irrevogável para todo o ano-calendário.

**41) O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista na Lei Complementar Federal nº 123/2006. Assinale a alternativa que apresenta o valor mensal pago pelo Microempreendedor Individual a título de Imposto Sobre Serviços:**

- (A) R\$ 0,00.
- (B) R\$ 3,00.
- (C) R\$ 5,00.
- (D) R\$ 10,00.
- (E) R\$ 16,00.

**42) De acordo com o Código Tributário Municipal, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município. Como incentivo para construção de passeio em boas condições de uso e construído dentro dos padrões exigidos pela Prefeitura, será concedido desconto de:**

- (A) 25%.
- (B) 20%
- (C) 15%.
- (D) 10%
- (E) 5%.

**43) A legislação municipal define que o Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI-IV - tem como fato gerador a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso e a cessão onerosa de direitos relativos às transmissões. O ITBI não incide na hipótese de:**

- (A) Voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.
- (B) Usufruto, uso e habitação.
- (C) Permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos.
- (D) Acessão física, quando houver pagamento de indenização.
- (E) Transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo.

**44) A Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiro, fundada no poder de polícia do município, concernente à preservação da segurança pública e ao bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre o utilitário motorizado, em observância às normas municipais de autorização, permissão e concessão ou outorga para exploração do serviço de transporte de passageiro. Segundo o Código Tributário Municipal, responde solidariamente pelo pagamento da Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiros:**

- (A) Os usuários do serviço.
- (B) As empresas que contratarem o serviço.
- (C) A pessoa indicada pelo proprietário do veículo.
- (D) Sindicato da categoria.
- (E) O responsável pela locação do utilitário motorizado.

**45) O sujeito passivo da Taxa de Coleta de Lixo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel, edificado ou não, localizado em logradouro beneficiado pelo serviço de coleta de lixo. Assinale a única alternativa que apresenta uma informação que NÃO interfere na base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo:**

- (A) Metragem linear da testada do imóvel.
- (B) Valor venal do imóvel.
- (C) Localização do imóvel.
- (D) Frequência semanal da coleta de lixo.
- (E) Valor orçado do serviço de coleta de lixo.

**46) Segundo se desprende do Código Tributário Municipal, informações relativas a engenhos móveis instalados, independentemente de sua destinação, em terrenos vagos ou em imóveis edificados ou em fase de edificação, fazem parte do:**

- (A) Cadastro de máquinas, motor e equipamento eletromecânico.
- (B) Cadastro imobiliário.
- (C) Cadastro de atividades econômicas.
- (D) Cadastro das atividades de risco.
- (E) Cadastro de aparelho de transporte.

**47) Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas no Código Tributário do Município. Caso o valor da multa seja recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da autuação, a penalidade pecuniária será reduzida em:**

- (A) 50% (cinquenta por cento).
- (B) 30% (trinta por cento).
- (C) 25% (vinte e cinco por cento).
- (D) 15% (quinze por cento).
- (E) 10% (dez por cento).

**48) De acordo com o Código Tributário Municipal, sempre que o Sujeito Passivo apresentar indício de omissão de receita, a Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, deverá proceder a:**

- (A) Apreensão do local.
- (B) Interdição do local.
- (C) Inspeção do local.
- (D) Diligência do local.
- (E) Levantamento do local.

**49) Apresentada a defesa, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, para que ofereça contestação. Segundo o Código Tributário Municipal, a competência para julgamento tributário, em primeira instância, cabe:**

- (A) Ao Analista Tributário da Receita Municipal.
- (B) Ao Auditor Tributário da Receita Municipal.
- (C) À Procuradoria-Geral do Município.
- (D) Ao Prefeito Municipal.
- (E) À Secretaria Municipal da Fazenda.

**50) É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto do seu interesse. Assinale a única alternativa que apresenta uma informação CORRETA acerca da consulta prevista no Código Tributário Municipal:**

- (A) Poderá ser apresentada de forma anônima.
- (B) Exige depósito prévio do montante questionado.
- (C) Poderá ser apresentada após o início do procedimento fiscal relativo ao mesmo tema.
- (D) Suspende o curso do prazo para pagamento do tributo em relação ao fato consultado.
- (E) Não poderá versar sobre situações em que já tenha ocorrido o fato gerador.